

Cidadania e Identidade Europeias*

António Teixeira Fernandes

As sociedades contemporâneas são atravessadas por profundos paradoxos, quando não são mesmo enleadas em vivas contradições. Ao mesmo tempo que se enfraquecem as nações, explodem, por toda a parte, os nacionalismos. A globalização desenvolve processos com orientações divergentes. Apagando as nacionalidades, promove a exaltação do indivíduo, que se põe em busca de espaços de sentido, uma vez que a valorização dos interesses individuais é feita à custa da redução do cidadão e dos seus ideais.

A nação é uma criação política elaborada nos séculos XVIII e XIX. O seu principal objectivo consiste na constituição de uma comunidade de cidadãos. Os sistemas de legitimação do passado dão lugar a uma nova concepção política, segundo a qual os indivíduos se tornam a base e a sede essencial do poder político. A construção da nação, como entidade política, arrasta consigo um duplo processo. A proclamação dos direitos do homem e o conseqüente reconhecimento da igualdade para todos levam a uma superação de toda a espécie de particularismos, sejam eles de natureza regional, étnica, linguística ou religiosa. O nacionalismo que acciona a construção das nações é tendencialmente homogeneizante, empenhado na formação de uma língua, de uma história e de uma vontade de vida em comum. Mas a nação, como construção política, assume, na época, um carácter relativamente abstracto, carácter que é herdado do pensamento iluminista, e que se enxerta numa preocupação de universalidade que transcenda os diversos particularismos.

Com esse objectivo, a nação aparece encarnada num projecto político. Do mesmo modo que promove a cidadania, alimenta o sentimento de identidade

* Comunicação apresentada ao "Colóquio Internacional Modelos de Europa. Perspectivas para a União Europeia após a Conferência Intergovernamental de 2000", realizado, em 8 e 10 de Maio de 2001, na Universidade dos Açores.

nacional. A concepção do homem como ser racional e livre aparece associada a um ideal colectivo. Indivíduo e sociedade não são realidades antagónicas. A sociedade dos indivíduos pretende compatibilizar os interesses particulares com a vontade colectiva. Esta vontade, feita identidade nacional, está na origem tanto de regimes liberais como de formações políticas autoritárias ou totalitárias.

Nas sociedades hodiernas, a nação, que nasceu associada à democracia, ela mesma envolvida num projecto democrático, não deixa de desenvolver algum antagonismo em relação ao nacionalismo, por mais que este esteja ligado à sua afirmação. Se a vontade democrática, acentuando a cidadania, confere à nação uma orientação para a abertura, o nacionalismo, factor potente da sua constituição, acaba igualmente por desenvolver um movimento oposto. As nações inspiradas pelo nacionalismo foram, muitas vezes, conduzidas a exclusivismos e, conseqüentemente, a situações de conflito e mesmo de guerra aberta. À medida que a democracia se torna a principal preocupação, elas abrem-se a comunidades mais alargadas.

Na era da globalização, os Estados-nação parecem entrar em crise, absorvidos como são em espaços mais vastos. A Europa tem vindo a evoluir, nas últimas décadas, no sentido de uma comunidade, no interior da qual as soberanias nacionais perdem parte dos seus atributos. A questão que se levanta é a de saber, a exemplo do que sucedeu com as nacionalidades, se a constituição da União Europeia origina uma cidadania e, sobretudo, uma identidade que lhe sejam próprias. Esta é a questão central da análise que se procura, de seguida, desenvolver.

1. Alguns conceitos necessitam de uma prévia elucidação. Um deles é o de cidadania. Em vários registos se inscreve esta noção. A nível político, a cidadania pode ser considerada como infra-nacional, nacional ou supra-nacional. A pertença a comunidades locais, como primeiro enraizamento social do indivíduo para além da família, promove nele um sentimento de patriotismo. Trata-se do sentimento originário de pátria com todas as suas envolventes emocionais e afectivas. Antero de Quental fala da sua terra natal de S. Miguel nos Açores como sendo a sua pátria¹. Pátria e nação aparecem, por vezes, associadas, pretendendo esta recobrir o sentido daquela. A construção das nações, operada a partir dos finais do século XVIII, veio dar ao conceito de nação uma ampla dimensão, em correspondência com a formação das unidades políticas contemporâneas.

¹ Antero de Quental, Carta "a Wilhelm Storck", in *Cartas de Antero de Quental*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1915, p. 1.

É em relação a este conceito de nação que fundamentalmente se afirma a cidadania. Esta inscreve-se no espaço alargado das nacionalidades, na sua acepção jurídico-política, em detrimento do sentido originário da pátria e da cidadania que lhe era inerente. A cidadania passa a revestir-se, neste novo âmbito, de outras dimensões, reforçando-se com a declaração e o reconhecimento mais ou menos expresso dos direitos do homem. Ser cidadão passa a ser sinónimo de pertença a uma nacionalidade - unidade política territorial - na sua já referida dimensão jurídico-política, enquanto espaço de reconhecimento de direitos.

A identidade nacional aparece em estreita ligação, na sua formação e na sua expressão, com este conceito de nação. A identidade constrói-se, todavia, na e pela relação. Como conceito psico-sociológico, tem a ver com um outro. A vontade que ocasiona a formação das nações acciona, através de simbologias e de acções colectivas, aproximações entre pessoas reunidas nas mesmas unidades políticas, despertando nelas uma relação emocional e afectiva, em oposição a outras unidades políticas. Se a cidadania se inscreve preferentemente no quadro dos direitos inalienáveis do homem, a identidade é a expressão da consciência de uma comunidade de interesses, comunidade essa cimentada por uma mais ou menos forte afectividade.

2. A formação dos Estados-nação obedece a um projecto político. A identidade local, própria do pré-Estado nacional, é o primeiro gérmen do sentimento de nacionalidade que virá a transcender os particularismos locais, como bem o salienta Alexandre Herculano. A construção nacional é um processo que implica um certo grau de abstracção. As identidades existentes até aí, locais como eram, apresentavam-se e eram vivenciadas como realidades concretas. Eram as identidades dos lugares. A identidade da nação adquire um carácter necessariamente abstracto, enquanto identidade de quem habita um espaço com fronteiras que ultrapassam a relação de interconhecimento. Os construtores das nações, no século XIX e inícios do século XX, servem-se de sistemas de representação, de universos simbólicos e de práticas colectivas, para despertar e alimentar o sentimento nacional. Sabiam bem que se tratava de algo a construir, na sua tentativa de dar forma concreta à identidade abstracta de nação.

3. Desde que o Estado-nação se constitui em principal princípio de organização da vida social, a ciência política centra a sua análise em tal conceito. Feita unidade política universal, o mundo torna-se uma rede de sociedades nacionais representadas pelos seus respectivos Estados. Nasce assim, em 1919, a Sociedade das Nações e, mais tarde, a Organização das Nações Unidas (ONU). As

tendências globais que se esboçam ou se afirmam são enfocadas em termos de relações entre Estados. Trata-se de Estados ligados por relações internacionais, expressas em tratados. A tendência para a unidade é amortecida pela autonomia soberana que cada nação reivindica.

Mas se os povos da Europa, até à Segunda Guerra Mundial, se empenham na formação e consolidação das nações como unidades políticas, a partir de então começam a ver com alguma suspeição tal realidade e a desenvolver esforços no sentido da abertura a espaços supra-nacionais. As questões da cidadania, desde então, apresentam-se e são equacionadas em termos de direitos do homem, de acordo com a Declaração universal de 1948. Estes, tornando-se um símbolo de legitimação e de legitimidade dos Estados, tendem a prevalecer sobre a soberania dos Estados. A violação de tais direitos passa a legitimar a intervenção de um ou mais governos nos assuntos internos de outros Estados. Alargando-se os direitos de cidadania, diluem-se as fronteiras territoriais.

4. A construção da União Europeia, que se tem vindo a processar desde os finais da Segunda Guerra Mundial, adquire um novo alcance ao inserir-se no processo de globalização. Os grandes problemas com que se confrontam as sociedades hodiernas são essencialmente mundiais. Mundial é a questão dos direitos do homem, que devem prevalecer sobre a soberania dos Estados. Onde o homem é ferido nos seus direitos e a sua dignidade é maculada, é toda a humanidade que é posta em causa. Os atentados aos direitos da pessoa são atentados a toda a humanidade. Mundiais são ainda o problema do ambiente planetário, o aquecimento do globo, a poluição e a diminuição da camada de ozono, e mundiais são os limites do crescimento. Estes e outros problemas deixaram inclusive de poder ser controlados por algum Estado considerado individualmente, e associam-se directamente aos próprios direitos do homem, na sua natureza de ser que habita. Nem a ordem mundial nem a paz são fenómenos que podem ser circunscritos. Ora, se os grandes problemas de hoje apresentam uma dimensão global, é para este nível que tendem a voltar-se as atenções de todos. Uma relação de circularidade se estabelece neste domínio. Se a globalização leva à crise dos Estados-nação, ou torna visíveis as suas limitações e fragilidades, tal crise acelera a globalização.

Neste processo, os lugares tendem a perder a sua própria substância, com a significação cultural, histórica, geográfica que tradicionalmente lhe era própria, sendo integrados em redes funcionais constituídas em espaços de fluxos. Dá-se, na verdade, a passagem do "espaço de lugares" ao "espaço de fluxos"². A expe-

² Manuel Castells, *La Société en Réseaux*, Paris, Fayard, 1998, pp. 43, 44, 427, 463 e 535; *Le Pouvoir de l'Identité*, Paris, Fayard, 1999, pp. 11 e 12.

riência comum do passado organizava-se de acordo com os espaços dos lugares. Dentro das coordenadas destes espaços, emerge primeiro o sentimento patriótico e, depois, o sentimento nacional. O primeiro é essencialmente concreto. Cria-se numa rede de relações primárias, feita de contactos pessoais e de interconhecimento. O segundo é abstracto, exige uma elaboração, mas é progressivamente interiorizado. A identidade construída nos espaços dos lugares implica já, por si mesma, uma elaboração. Ela também é construída. Trata-se de um primeiro nível de elaboração. A identidade nacional situa-se a um segundo nível. A maioria das pessoas vive em lugares concretos, com uma percepção muito forte do espaço localizado. Mas se se vive em espaços de lugares e aí se constróem as identidades, as funções e o poder organizam-se actualmente em espaços de fluxos, e tais espaços acabam por influenciar os diversos aspectos com que se tece o quotidiano das vidas das pessoas.

Enquanto as identidades são construídas em espaços concretos de lugares, a tendência dominante nas sociedades actuais vai no sentido do predomínio dos espaços dos fluxos. A lógica de tais espaços tende a impor-se aos lugares segmentados onde outrora se formavam as identidades. As sociedades contemporâneas são modeladas pela cultura da virtualidade, sob a forma da simultaneidade e da intemporalidade. A cultura é, nesta situação, caracterizada por uma forte autonomia em relação aos fundamentos materiais da existência. O processo de globalização põe em acção forças contrárias, na modelação do mundo e no condicionamento da existência das pessoas, forças que conduzem simultaneamente à mundialização e à busca da identidade. Mas em que medida as duas forças são de sentido contrário ou mesmo contraditório, negando-se uma à outra, é uma questão que falta esclarecer. Será possível a construção de identidades adequadas aos espaços de fluxos, próprios das actuais sociedades em rede? Será, ao menos, possível a constituição de uma identidade supra-nacional, com o grau de abstracção que ela implica?

5. A mundialização desperta as singularidades culturais e volta as pessoas para o controle e defesa da sua vida e do seu ambiente. As culturas próprias são activadas e tornadas fonte de identidade num mundo que progressivamente se descaracteriza no seu processo de homogeneização. A crise das identidades nacionais desenvolve-se num círculo de sucessivas reversibilidades, como regresso à matriz originária das identidades colectivas.

O problema está em saber se a realidade sócio-política internacional se apresenta como crescente agregação de povos e de culturas, ou como sua segmentação e fragmentação. O processo de mundialização, ao lado das aberturas que cria, parece estar em vias de promover uma "retribalização do mundo",

em que uma "super-burguesia" se torna uma "nova classe" dirigente. Acima das regiões mundializadas e desterritorializadas, estaria uma "hiper-burguesia", que tende a transfigurar o mundial e a demonizar o nacional. Às fidelidades e lealdades associadas às comunidades políticas que são os Estados-nação, opor-se-ia o global abstracto, dominado por uma "'super-classe' transnacional dos oligarcas móveis"³. O Estado-nação seria um arcaísmo ao lado de um outro arcaísmo, o Estado-providência ou Estado social.

A ideologia veiculada por esta super-burguesia transnacional apresenta-se como perfeitamente indiferente em relação ao que se refere ao "povo" e às suas aspirações. Trata-se de uma ideologia anti-populista, expressa numa fobia a tudo o que é nacional. No seu horizonte, estará a formação de uma sociedade pós-nacional, dominada pela super-classe, constituída pelos oligarcas que desdenham da relativamente sedentária classe inferior dos nacionais. Somente esta super-elite faria rigorosamente parte da aldeia global. O Estado-nação surge aqui, ao mesmo tempo, como modernizador e tribalizante, progressista e reaccionário, aberto e exclusivista, mas sempre como pertencente ao passado. Na sociedade pós-nacional, o poder seria exercido por elites indiferentes aos interesses e direitos das comunidades políticas constituídas em nações, implicando o apagamento da ideia de povo soberano e de independência nacional.

Numa época de abertura planetária, é estigmatizado o egoísmo nacional. Assim se apresenta a cultura dos intelectuais convertidos ao ideal pós-nacional. As elites mundializadas, contrariando o Estado-nação, denunciam igualmente a identidade colectiva que se configura sob a forma nacional, étnica ou cultural. A abolição radical dos quadros nacionais abriria a era das identidades colectivas que atravessariam todos os espaços culturais, sem se deterem em nenhum deles. A liberdade total estaria associada ao absoluto cosmopolitismo.

Atese do cosmopolitismo abstracto poderá esbarrar, contudo, com os processos de construção das identidades. Se estas são concretas, dificilmente serão formadas a um nível tão elevado de abstracção, como é o do cosmopolitismo. Trata-se, contudo, de uma das tendências que se esboçam no mundo de hoje á volta da relação entre o particular e o universal, entre o que é próprio e o que é comum, entre a busca do específico e do geral, tendências que se exprimem frequentemente em termos dialécticos.

6. Face a tais tendências, a questão que se põe é a de saber como se podem configurar a cidadania e a identidade europeias. A construção de algo novo nun-

³ Pierre-André Taguieff, *UEffacement de VAvenir*, Paris, Galilée, 2000, pp. 156, 157, 158, 159, 160 e 176.

ca se faz a partir do nada, mas de materiais que lhe pré-existem. Como podem a cidadania e a identidade nacionais servir o projecto de construção da cidadania e da identidade europeias?

Vai-se tornando bastante consensual a ideia de que o Estado-nação entrou ou está a entrar em crise. Os autores afirmam-no da forma mais absoluta ou com alguma precaução, mas sem escamotear a questão. Que o Estado-nação está em crise, isso poderá não constituir grande surpresa, na medida em que se trata de uma formação política datada na história e de época bem recente, sujeita, como qualquer outra formação, ao desgaste do tempo. O que mais questionam os especialistas, em termos de análise, é o que possa daí resultar. O campo fica aberto a novos enunciados teóricos que importa ter presente.

6.1. Os eventos que vão ocorrendo, por toda a parte, quer fastos quer nefastos, fazem pensar que o mundo constitui um grande *puzzle* difícil de harmonizar ou de encaixar. Defensor do "paradigma civilizacional", Samuel R Huntington sustenta que a Europa "termina onde acaba a cristandade ocidental e onde começam o Islão e a Ortodoxia". Os conflitos mais perigosos surgirão hoje "de um e outro lado das linhas de divisão que separam as maiores civilizações do mundo". Serão as identidades culturais, que são "identidades de civilização", que determinam "as estruturas de coesão, de desintegração e de conflitos no mundo do pós guerra fria". Os maiores conflitos mundiais não serão então económicos, mas culturais. A política é usada para definir e assegurar as identidades. Se as diversas culturas oferecem às pessoas os principais critérios de identificação, a política mundial tenderá, face à globalização, a recompor-se de acordo com eixos culturais, redesenhando as fronteiras políticas segundo as delimitações culturais. Se as facilidades culturais facilitam a cooperação e a coesão, as diferenças culturais provocam clivagens e conflitos. No entender de Samuel P. Huntington, as próprias "raízes da cooperação económica encontram-se nas afinidades culturais"⁴. Estas seriam as grandes barreiras entre os "povos" e os principais critérios de divisão dos espaços mundiais. Os conflitos a nível internacional seriam conflitos que, segundo este paradigma, passam pelas fronteiras civilizacionais. Porque a Europa ocidental participa de uma mesma cultura, será a partir dela que se propiciará a sua união. A base da cooperação encontrar-se-á na sua participação cultural. Apropriada admissão de novos membros às organizações ocidentais dependerá de tal critério. A identidade comum a ser constituída na Europa teria de ser, conseqüentemente, uma identidade que encontraria fun-

⁴ Samuel P. Huntington, *Le Choc des Civilisations*, Paris, Editions Odile Jacob, 1997, pp. 16, 17, 142, 146, 173, 175 e 337.

damento na civilização ocidental, o mesmo que é dizer, na cristandade.

Esta questão posta por Samuel P. Huntington transfere a análise para outros níveis, com dificuldades que não são menores, o nível da existência ou não de uma cristandade e o nível da extensão de uma cultura europeia.

Parece que, há muito, dobrou o último sino no *requiem* pela cristandade. Há muito que a época constantiniana chegou ao seu fim. Os estudos sobre os valores na Europa mostram claramente que as crenças, as representações e as práticas religiosas estão em crescente arrefecimento, sendo mesmo, em alguns países, as percentagens bastante residuais. Deixando de lado esta questão, pela complexidade de que se reveste, interessa saber se a análise do que se possa chamar cultura europeia é capaz de oferecer ao presente estudo algum fundamento. É certo que a sociedade europeia, profundamente secularizada, aparece ainda grandemente enformada pelo Cristianismo. Mas se o mundo europeu, na sua maioria, continua cristão, será porventura menos pela vivência da fé do que por inércia cultural. A cultura é, efectivamente, enformada pelo Cristianismo. Se poderá não ser verdade que se está perante uma cristandade, haverá alguma razão na afirmação de que a cultura europeia é cristã, porque essa é a sua matriz.

Não se estará, no entanto, perante um factor fortemente identificador como seria uma cristandade, dotada de uma fé e de uma prática religiosas vivas e generalizadas, mas apenas perante uma cultura que conserva traços religiosos muito marcantes. Será isso bastante para sustentar uma identidade específica, que vá para além de uma simples identificação? O problema começa, desde logo, pelo que se possa entender por cultura europeia. Ora, não existe uma cultura europeia, mas uma multiplicidade de culturas. Falar de uma cultura europeia é falar de uma abstracção. O que há, são culturas nacionais perfeitamente configuradas, e tal configuração dá origem a outras tantas identidades. Se Fernando Pessoa afirma "sou do tamanho do que vejo" e "minha pátria é a língua portuguesa", Ludwig Wittgenstein sustenta que "os limites da minha linguagem significam os limites do meu próprio mundo"⁵. A Europa é, na verdade, um mosaico de culturas, no quadro de uma mesma civilização. Neste sentido, é uma realidade abstracta e, sendo abstracta, uma identidade europeia será necessariamente da mesma natureza do abstracto que a sustenta.

Uma cultura europeia pode ser construída sobre a base das culturas nacionais, como outrora a cultura nacional foi elaborada a partir das culturais locais e regionais. Mas tal cultura terá de ser necessariamente, como tem sido até ao momento, dialógica. A característica principal da dialógica cultural da Europa, segundo Edgar Morin, reside no facto de que "nenhuma das instâncias

⁵ Fernando Pessoa, *Livro do Desassossego* por Bernardo Soares, 1.ª Parte, Lisboa, Europa-América, 1986, pp. 68 e 141; Ludwig Wittgenstein, *Tractatus Lógico-Philosophicus*, Paris, Gallimard, 1999, p. 86.

constitutivas esmaga ou extermina as outras, nem tão-pouco exerce duravelmente uma pesada hegemonia"⁶. Cada cultura particular é animada pelo mesmo antagonismo que permeia a dialógica no seu todo. Em cada uma delas, aparecem a crença na universalidade, que a torna dominadora, e a potencialidade de universalização, em abertura a todos, com a negação do europocentrismo. Uma tal cultura jamais poderá ser redutora de culturas particulares existentes no seu seio, mas antes o resultado da interacção das várias dialógicas, na sua relação simultânea de fechamento e de abertura.

6.2. Não estarão os próprios Estados-nação em crise e tal crise - caso exista - não favorecerá a emergência de uma identidade comum europeia?

O mundo está, de facto, a ser palco de movimentos contrários. Produz tanto as aproximações como os afastamentos, a agregação de povos como a sua segmentação. A tese sustentada por Pierre-André Taguieff é a de que "a mundialização capitalista não fez desaparecer os Estados-nação, ela leva-os a agregar-se regionalmente, a inventar novas formas de coordenação das suas respectivas políticas, em particular das suas estratégias de desenvolvimento económico"⁷. Esta análise parece ser convergente com a de Samuel P. Huntington. Mas, se o enfraquecimento do Estado-nação é hoje "universalmente constatado", ele provoca, segundo Dominique Schnaper, sentimentos antegónicos. Se "suscita frequentemente satisfação e esperança", por causa dos malefícios que no passado recente provocou, desperta igualmente estados de preocupação devido à dissolução dos ligames sociais que acarreta. O Estado-nação foi um potente factor de agregação e de integração social e, com a sua crise, segundo Francis Fukuyama, "a Europa moderna está a abandonar rapidamente a soberania e a desfrutar a identidade nacional no remanso da vida privada. Tal como a religião, o nacionalismo não está em vias de extinção, mas, também como ela, parece ter perdido muita da sua capacidade para estimular os Europeus a arriscarem as suas confortáveis vidas por objectivos imperialistas". A concentração do indivíduo na sua vida privada será acompanhada de uma perda do sentimento nacional. Mas a desagregação parece ir mais além. Malcolm Waters sustenta que "o Estado, embora ainda não decadente, está sob a ameaça e em declínio. Se o Estado desaparece, então também desaparecerão com ele os direitos do cidadão e os direitos sociais, bem como a democracia liberal". A integração europeia corre o risco de contribuir para uma certa despolitização das democracias, na medida em que desmobiliza o sentimento nacional. Não será alimentado o patri-

⁶ Edgar Morin, *Pensar a Europa*, Lisboa, Publicações Europa-América, 1988, pp. 100 e 101.

⁷ Pierre-André Taguieff, *UEffacement de VAvenir*, p.199.

otismo e a participação. A cidadania pós-nacional age, de facto, no sentido da

despolitização, produz o enfraquecimento do Estado-nação e corre ainda o risco de arrastar consigo a ruína da democracia. A religião da vontade do *Contrato Social* de Jean-Jacques Rousseau pulveriza-se numa multiplicidade de vontades em conflito e em concorrência. Dissipada a vontade una, rompem-se os ligames sociais. Poderá, por isso, ter razão Manuel Castells, quando afirma que, quando o Estado-nação é posto em causa, ele "arrasta consigo, na sua crise, a própria ideia de democracia política"⁸. As consequências da decadência do Estado-nação seriam múltiplas. A vida social perderia em coesão e unidade, desapareceria a democracia como ela tem existido até ao presente, seriam postos em causa os direitos do cidadão e os direitos sociais, e dissolver-se-ia a identidade nacional. A entrada em crise do Estado-nação implicaria duas ordens de fenómenos, o entendimento e a prática da cidadania, e o sentimento de identidade.

6.3. Mas não pode a identidade europeia ser construída ao nível do que J. Habermas designa por "patriotismo constitucional"? Ao elaborar o conceito de patriotismo constitucional, este autor, parecendo querer superar a forma convencional de identidade, não se refere "à totalidade concreta de uma nação, mas, ao contrário, a processos e princípios abstractos". Em seu entender, "um patriotismo da Constituição é a única forma possível de patriotismo", mas isso "não significa em absoluto a renúncia a uma identidade", que, quer se trate de "uma pessoa, de um grupo, de uma nação ou de uma região, é sempre algo concreto, algo particular". De acordo com esta perspectiva, J. Habermas defende "uma identidade pós-nacional, cristalizada à volta dos princípios universalistas do Estado de Direito e da democracia". Em apoio da sua tese, estará o facto de que "a ideia subjacente ao Estado nacional, uma ideia que nasceu da Revolução francesa, teve na sua origem um sentido completamente universalista". Recuperando essa tradição, não deixa, no entanto, de reconhecer que "a identidade colectiva, também a pós-nacional, é muito mais concreta que o conjunto dos princípios morais, jurídicos e políticos à volta dos quais se cristaliza". Se o Estado é o lugar da lei e dos direitos, a nação será o lugar da proximidade e da afectividade. O sentimento patriótico não seria mais ligado à nação cultural e histórica, mas ao próprio princípio do Estado de direito⁹. Perder-se-ia a relação à identidade em proveito de uma cidadania mais alargada, definida em termos de direitos. As nações permaneceriam como o lugar da partilha de uma mesma cultura e de uma

⁸ Dominique Schnapper, *La Communauté des Citoyens*, Paris, Gallimard, 1995, pp. 11, 12, 18, 197 e 198; Francis Fukuyama, *O Fim da História e o Último Homem*, Lisboa, Gradiva, 1996, p. 265; Malcolm Waters, *Globalização*, Oeiras, Celta, 1999, p. 155; Manuel Castells, *Le Pouvoir de l'Identité*, p. 12.

⁹ Jürgen Habermas, *Écrits Politiques*, Paris, Les Editions du Cerf, 1990, p. 238; Jürgen Habermas, *Identidades Nacionales y Postnacionales*, Madrid, Tecnos, 1998, pp. 114, 115, 116, 117, 118 e 119; G. W. F. Hegel, *La Phénoménologie de l'Esprit*, Paris, Aubier/Montaigne, s/d.

mesma história.

Sob a inspiração habermasiana, e dando-lhe uma dimensão universalista, Jean-Marc Ferry desenvolve a ideia de uma identidade "pós-nacional", identidade associada exclusivamente a "princípios de universalidade, de autonomia e de responsabilidade que estão na base da concepção da democracia e do Estado de direito". O reconhecimento dos povos seria fundado numa "identidade moral reflexiva"¹⁰, dissociada da pertença nacional. Haveria uma adesão ao Estado de direito, com a exclusão de toda a referência a um território e a uma comunidade histórica e cultural concreta. Todo o Estado democrático estaria em condições de inspirar esse patriotismo e essa consciência de identidade.

Resta saber se é possível separar, nos países europeus, a pertença nacional da acção puramente política. A política exige, na verdade, de harmonia com a concepção habermasiana, um espaço comunicacional que, por sua vez, postula a existência de uma língua e de uma cultura, ou de instrumentos de comunicação que sejam, eles mesmos, sentido e veículo de sentido.

O sentimento de pertença a uma entidade colectiva é o resultado de uma história comum, real ou inventada. Segundo Dominique Schnapper, "a adesão intelectual a princípios abstractos - direitos do homem, respeito pelo Estado de direito - não poderá substituir, ao menos num futuro previsível, a mobilização política e afectiva que suscita a interiorização de uma tradição comum". A organização política não pode esquecer o que Norbert Elias designa por "necessidade afectiva de companhia humana, de dar e tomar em relações afectivas com outras pessoas", que "faz parte das condições elementares da existência humana". No entender deste autor, "os matizes emocionais da identidade do Nós diminuem sensivelmente quando se trata de formas de integração pós-nacionais". O conceito de J. Harbemas, presente em várias concepções, é conforme ao ideal kantiano do homem racional, livre e igual. Mas Norbert Elias pensa que, "quando se apresenta a resistência contra a integração num nível mais alto como um problema de pensamento, como um problema intelectual, nunca será possível compreendê-la". É que mesmo que seja "racionalmente plausível e possivelmente vantajoso que os Estados nacionais europeus se associem na grande federação dos Estados Unidos da Europa", a verdade é que tal reconhecimento se confronta com a consciência mais ou menos difusa de que isso traria consigo uma perda irreparável¹¹. A completa racionalidade e abstracção da política tornaria, além disso, o projecto pós-nacional, enquanto nação europeia, extrema-

⁰ Jean-Marc Ferry, *Les Puissances de VExpérience*, Tomo II, Paris, Les Editions du Cerf, 1991, pp. 194 e 195

¹ Dominique Schnapper, *La Communauté des Citoyens*, p. 79; Norbert Elias, *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1993, pp. 224, 226 e 250.

mente frágil. A construção das nações fez-se, efectivamente, com o cimento de tradições, de mitos e de valores, num espaço territorial concreto. Não existe nação sem espírito de pertença a um nós colectivo. A tradição é inventada em apoio da formação deste colectivo. O mesmo deverá acontecer a respeito da Europa.

Se a identidade pós-nacional não pode ser somente transcendência dos espaços e das culturas, como pura abstracção, mas também realidade social emocional, inscrita no tempo e no espaço, então a tese de Samuel P. Huntington implicaria que a Europa, em busca da sua própria identidade no confronto com outras civilizações, regressasse ao seu estado de cristandade. Mas não parece ser fácil a elaboração de um projecto político comum, criador de uma forte identidade, se as comunidades particulares - nacionais ou regionais - se mantiverem solidamente ligadas a histórias e ideias diferentes. Isso será tanto mais difícil, quanto mais, na perspectiva de Francis Fukuyama, partindo do que Hegel designa por "luta pelo reconhecimento", forem vivos o sentimento e a necessidade de reconhecimento próprio.

7. As pessoas não constróem a sua identidade em espaços de fluxos, mas em espaços de lugares. Num mundo de fluxos contínuos, parecem assumir, cada vez mais, importância os núcleos identitários. Sendo isso verdade, importa distinguir entre o registo da cidadania e o registo das identidades, e analisar em que sentido podem evoluir aquela e estas.

7.1. A cidadania situa-se ao nível dos direitos do homem e da participação, seja ela cívica, social ou política. A integração pela cidadania opera-se em termos de lealdade política, de consensos, de valores, de normas comuns e de práticas. Poderá dizer-se que a democracia tem como horizonte o universal abstracto da cidadania. A consciência dos direitos do homem não conhece fronteiras culturais. A responsabilidade humana está para além dos limites arbitrários. O recurso constante ao Tribunal Europeu dos Direitos do Homem mostra-o claramente. Tal recurso atravessa as diferentes identidades. A existência humana apela a uma responsabilidade colectiva aberta, que, ao mesmo tempo que faz cair as clivagens de toda a ordem, gera movimentos que se implicam mutuamente na realização das actuais democracias. Obriga, por um lado, a desenvolver a solidariedade da cidadania, quer a nível local quer nacional, com novas práticas democráticas. Conduz, por outro, à aproximação dos povos, tornando possível a igualdade de possibilidades para todos, no que respeita ao acesso aos mesmos níveis civilizacionais e a uma idêntica qualidade de vida.

Os direitos do homem necessitam hoje de uma dimensão mais vasta para se afirmarem e se defenderem. A União europeia tem-se vindo a operar, cada vez mais, como espaço de direitos. A ideia de Kant, de um direito cosmopolita como base da paz perpétua, vai encontrando realização na mente e nas práticas dos povos civilizados.

Mas o nacionalismo está, segundo Anthony Giddens, "psicologicamente ancorado nos traços distintivos das sociedades modernas e o seu conteúdo está ligado à historicidade que elas produzem". De forma simultânea, "a revolução das comunicações produziu cidadanias mais activas, mais reflexivas, do que as que existiam antes". De acordo com esta evolução, haverá que "democratizar a democracia", e tal "democratização da democracia não pode parar nas fronteiras do Estado-nação"¹². A União Europeia, se não for de facto um Estado-nação, também não poderá reduzir-se a uma simples associação de nações.

7.2. A identidade, essa situa-se ao nível da pertença e da afectividade. Não estará tanto associada à salvaguarda de direitos, mas antes ao reconhecimento, tendo a ver com estados de consciência, de afectividade e de dignidade. A identidade implica uma dimensão emocional e afectiva, não apenas racional. Está associada ao auto-conhecimento e à auto-estima. Constrói-se no interconhecimento e desenvolve-se mediante a dialéctica da identificação (sentido de pertença) e da identização (sentido da diferença). Se, no caso da cidadania, se trata sobretudo de direitos, no caso da identidade, trata-se em particular de afectos. É fácil universalizar os direitos, mas é difícil generalizar os afectos. Pode haver uma reivindicação de direitos, sem que se afirme um estado ou uma vontade de pertença.

Se os direitos - porque inerentes à natureza humana e com ela inalienáveis - não conhecem fronteiras culturais, as identidades pressupõem a existência de uma cultura que lhes sirva de suporte. Sendo isso verdade, tenderá a haver tantas identidades quantas as culturas específicas.

Se os direitos são inerentes à natureza humana, não se outorgam. Como atributo da própria pessoa, surgem com o nascimento, independentemente do contexto em que se viva. As identidades, essas não se decretam, nascem na relação social e desenvolvem-se com a maior ou menor proximidade. Tendem, por isso, a ser tanto mais fortes quanto mais têm na sua base o interconhecimento.

O processo de construção europeia conduz inevitavelmente a uma cidadania mais forte e mais consequente, em termos de direitos fundamentais, mas

¹² Anthony Giddens, *The Nation-State and Violence*, Cambridge, Polity Press, e Oxford, Basil Blackwell, 1985, p. 219; Anthony Giddens, *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa, Presença, 2000, pp. 73, 75, 77, 78, 79 e 80.

poderá não ser de molde a alimentar uma identidade europeia igualmente forte. Tal processo, a fazer-se à custa das identidades nacionais, poderá ter várias e não uma única orientação. Não é certo que o processo de construção europeia leve à destruição total das identidades nacionais. As ideologias populistas difusas pela Europa são um indicador de que as resistências nacionalistas persistem com alguma vitalidade.

Tendo em conta as vagas sucessivas de nacionalismo pela Europa, Ernest Gellner sustenta, na verdade, que ele "tem raízes bastante profundas na nossa actual condição comum e não é, de forma alguma, contingente nem será facilmente negado". Com a sua forte radicação, tende a prevalecer sobre outras ideologias modernas. Anthony D. Smith vai mesmo ao ponto de dizer que o que se pode "afirmar com alguma certeza é que, num futuro previsível, a identidade nacional e o nacionalismo continuarão provavelmente a ser forças poderosas e prolíferas", porque entre as diversas identidades, "a identidade nacional é talvez a mais fundamental e inclusiva". Dado que a nação serve de padrão de referência à lealdade e à acção políticas, "identidade nacional e nacionalismo continuam a ser forças globais, poderosas e explosivas"¹³. Quando se afirma que o nacionalismo é obsoleto numa época de capitalismo avançado, não se fará mais do que retomar e recobrir a asserção marxista de que ele foi um produto do capitalismo inicial. As grandes empresas transnacionais e o nacionalismo coexistem, de facto, perfeitamente.

Uma hipótese que poderá também ser aventada é a de que haverá um desenvolvimento e um reforço das identidades locais e regionais, à medida que se opera a União Europeia. O mundo está, cada vez mais, por toda a parte dividido em Estados agrupados em sistemas inter-estatais regionais. Ter-se-ia, no caso da Europa, uma cidadania alargada aos confins da Europa, em termos de afirmação de direitos, com uma concentração em identidades locais e regionais. O processo serviria directamente as regiões. Estas acabariam por ser cada vez mais fortalecidas à medida que se realizasse a integração. A União Europeia formaria um mosaico multicolor de identidades regionais. Tal seria a consequência previsível do enfraquecimento ou mesmo do desaparecimento das identidades nacionais. Em apoio desta tese, está o facto das instituições europeias tratarem directamente com as colectividades regionais, enquanto entidades políticas infra-nacionais, porventura, por vezes, em detrimento dos Estados-nação. A identidade pós-nacional mais forte não seria a identidade europeia, mas as identidades regionais. A história entraria num processo de reversibilidade. A crise do Estado-nação e o

¹³ Ernest Gellner, *Nações e Nacionalismo*, Lisboa, Gradiva, 1993, p. 89; Anthony D. Smith, *A Identidade Nacional* Lisboa, Gradiva, 1997, pp. 12, 176, 179 e 205.

desaparecimento da identidade nacional não aproveitariam a construção de uma identidade europeia, mas antes a redescoberta dos tradicionais nichos identitários, que são de natureza social e local ou regional. A globalização tem potencialidades tanto para promover tendências homogeneizantes, como para desencadear o revivalismo identitário numa teia complexa de diferenças. Face ao enfraquecimento do Estado-nação e ao relativo apagamento do sentimento nacional, avançar-se-ia para a criação de um mundo de nações organizadas de acordo com a lógica regional.

8. Os povos não podem viver sem memória e sem identidade. Sem memória, não há identidade, quer se trate de indivíduos, quer de agrupamentos nacionais ou transnacionais. Se as culturas são o suporte da memória colectiva são-no também das identidades. Estas são elaboradas no interior de uma dada comunidade. Se a cidadania está associada à política, a identidade está ligada à cultura. Uma Europa política unida não implica, por isso, necessariamente a destruição das identidades particulares, que, por inércia, resistem às mudanças.

O que terá fundamento afirmar-se é que a criação de uma identidade europeia não será seguramente consentânea com a existência de nacionalismos essencialistas, capazes de produzirem fragmentações identitárias. Os dois movimentos seriam contraditórios.

Poderá, no entanto, haver um projecto político europeu que, ao mesmo tempo que respeite as identidades particulares e em coexistência com elas, produza uma identidade comum, na partilha dos mesmos valores e das mesmas normas. A nação, na expressão de Benedict Anderson, é uma "comunidade imaginada"¹⁴. Assim traduz este autor o carácter abstracto do Estado-nação. A Europa seria, de harmonia com esta mesma linha de raciocínio, uma comunidade imaginada, e a identidade que possa vir a adquirir participaria de idêntica natureza. Se a nação aparece como abstracção em relação às particularidades concretas, também uma eventual identidade europeia não será mais do que uma abstracção em relação às realidades nacionais. Deste modo se poderá vir a criar uma identidade europeia. Mas uma identidade europeia implica várias condições.

8.1. Não existirá, por certo, uma verdadeira identidade europeia se não tiver na sua base um coerente e efectivo projecto político. Tal projecto seria o grande aglutinador de vontades, susceptíveis de aproximar as vidas e de pôr em sintonia a consciência dos europeus. Não será, contudo, fácil fazer emergir um verdadeiro projecto político, enquanto o neo-liberalismo dominar toda a activi-

¹⁴ Benedict Anderson, *Imagined Communities*, Londres, Verso, 1982.

dade humana. No neo-liberalismo reinante, não é a economia que se subordina ao Estado, é este que está nas mãos daquela. Quando o Estado perde a sua função específica, deixam de existir as condições para a formação de um autêntico projecto político.

Mas a construção da Europa, para além do impacto nefasto dos ventos do neo-liberalismo, parece encontrar resistência, por outro lado, por parte do prestígio dos Estados-nação. A lógica da federação ou da confederação de nações não possui ainda força capaz de superar o princípio do Estado-nação, por muito que este se apresente ultrapassado nos domínios económico, técnico e militar. Ao contrário do que se possa pensar, "é a própria configuração dos Estados em sistemas regionais mais alargados que ajuda a entrincheirar o poder da nação e a aumentar a chama do nacionalismo por todo o lado". Anthony D. Smith entende que o mundo ocidental "não será uma supernação europeia, uma nação como todas as outras, mas manifestada a uma maior escala", assim como não "se assemelhará aos Estados Unidos da América, cujas comunidades étnicas não possuem terras de origem diferentes"¹⁵. Não obstante a crescente interdependência das sociedades, as identidades e as identificações continuam a ser marcadas pelos espaços nacionais, e estes tendem a impor-se pelo seu poderio. Enquanto a União Europeia parece avançar em diversos domínios, as nações querem manter a sua própria força. Neste contexto, algumas resistências se conservam de forma relativamente insuperável. O Estado-nação, figura central da arquitectura política moderna e principal fonte de identidade, procura mesmo desenvolver, por toda a parte, o seu vigor, embora ceda autonomia a favor de organizações supranacionais, e tente satisfazer as exigências e aspirações infra-nacionais. Ora uma Europa com espaços económicos, sociais e culturais diferenciados poderá favorecer a emergência, no seu interior, de vontades hegemónicas. A hegemonia, por sua vez, tende a diminuir ou a amortecer a auto-determinação e, sem esta, ficam diminuídas a liberdade e a democracia. Observa-se, na verdade, hoje em dia, uma certa integração objectiva, num espaço virtualmente mundial, e simultaneamente aviva-se o sentimento de identidade colectiva expressa ao nível do Estado-nação.

Mas esta evolução, se é respeitadora de identidades, não deixa de provocar eventualmente efeitos perversos. A construção da Europa que, a pretexto do respeito pelas especificidades particulares, desse origem à formação de macro-regiões, poderia promover espúrias vontades de poderio. O ideal nacionalista, em ligação com a vontade de poderio das grandes nações por razões económicas e militares, anima ainda a construção da Europa. Uma vez degenerada a

¹⁵ Anthony D. Smith, *A Identidade Nacional*, pp. 206, 212 e 213.

especificidade em vontade de poderio, a Europa ver-se-ia confrontada, em algumas regiões, com modalidades de separatismo dos ricos, alimentado por um chauvinismo da prosperidade e do bem estar. Associar-se-iam, deste modo, o pós-nacionalismo, negador das nacionalidades, e o etnoregionalismo, enaltecedor da autonomia cultural e estigmatizador de todas as formas de parasitismo social. A Europa perderia, com tal degenerescência, integração, coesão e legitimidade. Não respeitando a vontade colectiva, não daria expressão, na sua representação, às necessidades e aspirações de todos.

Convirá ter presente que o actual grande objectivo da Europa é o de assegurar a circulação de mercadorias e de criar uma total liberdade de mercados. Parece ser este o principal motor que a faz mover. Os próprios fundos estruturais destinam-se a obter tal objectivo. Tudo depende, neste contexto, da relação de forças existente entre os países. Não há espaço para grandes generosidades.

A participação política continua a exprimir-se a nível nacional, onde se manifesta a identidade subjectiva. Não é ainda a Europa, mas o Estado-nação, que possui capacidade de dar sentido à existência. A acção colectiva da Europa está fortemente condicionada pelos diversos interesses nacionais, não raro, bastante divergentes. Mas se esses interesses fomentarem um certo fechamento, poderão dar origem ao separatismo da prosperidade. Uma Europa das regiões poderia ter como efeito perverso os nacionalismos do bem estar, substituindo o *demos* pelo *ethnos*, ocupando a etnocracia o lugar da democracia.

8.2. Nas sociedades actuais, enformadas pelo neo-liberalismo, o indivíduo e os seus interesses ocupam, em toda a parte, o lugar que, no passado, possuíam o cidadão e os seus ideais. Esta tendência é tanto mais acentuada quanto mais abstracta aparece, para os indivíduos, a identidade colectiva. A preocupação primeira com os interesses dá prioridade à defesa dos direitos. A identidade, essa implica uma dimensão emocional e afectiva, não sendo apenas racional. Não se inscreve somente no registo dos direitos, mas sobretudo da pertença. Os indivíduos perdidos na multidão das hodiernas sociedades parecem estar mais preocupados com a defesa dos seus direitos do que com a afirmação e o empenhamento na participação.

Os sentimentos dos homens encontram-se, de facto, em dissonância com a sua integração objectiva. Somente quanto integração objectiva e subjectiva forem alcançadas, poderá ter lugar uma identidade europeia. Esta não é compatível nem com o fechamento do indivíduo nem com o fechamento das nações.

Mas uma comunidade política, com verdadeira ressonância popular, essa terá de ser fundada numa herança cultural comum, formada por memórias, valo-

res, símbolos e mitos capazes de fomentar um mesmo sentimento de pertença. Tal identidade europeia não se configurará sob a forma de cosmopolitismo, pelo elevado grau de abstracção que este pressupõe, será antes expressão de uma área cultural identificada com a sociedade da Europa ocidental.

8.3. O desenvolvimento de um projecto político europeu pressupõe finalmente a actuação de agentes como construtores de identidade. Se a identidade europeia é a identidade de uma comunidade imaginada, terá de ser o resultado de uma construção.

Os principais actores, nos séculos XIX e XX, da construção da identidade nacional foram os intelectuais, nomeadamente os historiadores. Em Portugal, desempenharam essa relevante função, entre outros, Alexandre Herculano, Almeida Garrett, Antero de Quental, Oliveira Martins e Teófilo Braga. Estes pensadores contribuíram decididamente para a formação de uma identidade colectiva que progressivamente foi interiorizada pela população. Secundou este esforço o movimento republicano, levando-o ao seu maior fechamento o integralismo lusitano. A escola, ao lado do exército, foi a principal instituição posta ao serviço da inculcação do sentimento nacional, fazendo com que o seu carácter abstracto se fosse tomando, cada vez mais, concreto na consciência das pessoas. Tal interiorização foi facilitada pelas simbologias e pelas festividades criadas ou usadas para o efeito.

Poderá pensar-se que idênticos mecanismos serão indispensáveis, na actualidade, ao desenvolvimento de um processo semelhante na construção da identidade europeia. Assim como os intelectuais do século XIX foram os grandes construtores das nacionalidades, a super-elite da era da globalização parece querer assumir o mesmo papel, retomando o racionalismo iluminista do cosmopolitismo kantiano em ordem à criação de uma União Europeia.

A situação presente revela-se, todavia, bastante diferente. A cultura de tal união necessita de ser actuada por actores sociais. Esses actores não podem ser constituídos pela super-elite ou super-classe, porque esta transcende todos os espaços culturais, cosmopolita como é. A Europa não se defronta actualmente sobretudo com problemas económicos ou demográficos, mas com o declínio moral, o suicídio cultural e a desunião política. Entre os principais problemas com que se debate, contam-se a generalização de condutas anti-sociais, a desagregação da família, o decréscimo da participação política, o relaxamento das relações de confiança, a diluição da ética, a prioridade dada à complacência e a desafeição em relação ao saber e à actividade intelectual. Os construtores da identidade europeia terão de fazer face a estas e a muitas outras complexas ques-

toes.

A decomposição do ligame social - do ligame social de base na família, do ligame simbólico da política, e do ligame civil da economia - dá origem a um processo de recomposição social em que o ligame social se inscreve no registo das associações. Os grandes actores, na era da globalização, não são individuais mas colectivos. Através do mundo, as associações são as organizações que mobilizam mais indivíduos. As grandes causas nacionais e internacionais são hoje por elas accionadas. As associações tornaram-se os verdadeiros actores sociais, os únicos que se mostram capazes de promoverem uma verdadeira democracia. A acção dos movimentos sociais vai atingindo progressivamente uma dimensão transnacional. Alcançando uma certa dimensão, as organizações ligam-se em redes internacionais. O poderio destes actores sociais é transnacional, e a sua acção pesa cada vez mais na decisão política. Segundo Roger Sue, "cada vez mais numerosas são as associações transnacionais que prefiguram o que poderá ser uma cidadania europeia, não reductível a uma representação política distante, e ainda menos a um vasto mercado comum"¹⁶. Tais redes são susceptíveis de renovar a prática democrática, ao contestarem a globalização hegemónica operada pelo poder do Estado e pelos grandes impérios económicos. As associações e os movimentos sociais que atravessam as diversas nacionalidades são portadores de projectos anti-hegemónicos contra a hegemonia da globalização. Estes mesmos actores - associações e movimentos sociais -, que se desenvolvem no contexto da Europa, estão chamados a desempenhar a função de principais agentes da construção de uma identidade comum europeia, pela aproximação que fazem entre as pessoas e pela consciência comum que geram.

9. A verdade é que não haverá Europa sem vontade de poderio europeu, expressa numa vontade política comum. Não basta a participação no mesmo sistema económico e social. Este sistema não possui a força da união, e é na união que se baseia a identidade. Com o declínio da nietzschiana vontade de poderio, poderá emergir um sistema complexo de interesses e de vontades fechados sobre si mesmos, que poderão satisfazer os objectivos do neo-liberalismo reinante, mas não certamente a vivência democrática. Mais ainda. O exercício do poder real por elites não eleitas, pelo "turbo-capitalismo" que Pierre-André Taguieff chama "criptogoverno", será contrário aos princípios democráticos da soberania popular¹⁷. O ligame simbólico do político consiste na representação de uma comunidade de destino.

¹⁶ Roger Sue, *Renouer le Lien Social*, Paris, Editions Odile Jacob, 2001, p. 220.

¹⁷ Pierre-André Taguieff, *UEffacement de VAvenir*, pp. 157 e 176.

A existência de um projecto político comum não pode esquecer, todavia, a actual complexidade europeia. Subsistem os enraizamentos locais, culturais e religiosos, que subjazem à identidade, ainda que "as sociedades embriagadas de actualidades e saturadas de informação se tornaram amnésicas e perderam toda a profundidade histórica"¹⁸. A racionalidade da cidadania pode contrastar com a afectividade da identidade. As comunidades emocionais respondem à necessidade do homem de ser reconhecido. A participação nas comunidades emocionais oferece ao homem sentido. A questão fundamental, no mundo de hoje tendencialmente massificado, é a do sentido existencial e das suas envolvências. Tal situação é actualmente paradoxal, na medida em que estimula os nacionalismos e simultaneamente apaga as nações.

Se a identidade é da ordem da afectividade, para que se reconstrua uma verdadeira identidade europeia, será indispensável ou que haja um caldeamento das culturas particulares europeias, ou que exista uma aglutinação de vontades dos povos que habitam a Europa à volta de um mesmo projecto político. Antes de ser sentimento, esta identidade pode ser um acto de vontade que, com o tempo, se sedimente em afectos, cristalizada em comunidade de destino, sob a forma de confederação que respeite o direito à diferença e contrarie a vontade de poderio das próprias macro-regiões. De qualquer modo, se a identidade nacional se alimenta da memória colectiva e das recordações em comum, o sentimento de identidade europeia terá de ter por base a consciência de um património comum vivenciado de forma concreta. Ora, segundo Ronald Inglehart, os portugueses interrogados, em 1987, sobre o apoio dado à União Europeia, 70,0% respondem que estão de acordo, mas apenas 42,0% se mostram dispostos a aceitar um governo europeu¹⁹. A diferença entre as percentagens parece traduzir a distância entre as vantagens e os direitos que daí decorram, e os sentimentos de uma verdadeira pertença.

Poderá prever-se um futuro para a Europa, mas a ciência não se ocupa de futuríveis, analisa apenas tendências. Em liberdade, nada é pré-determinado, tudo está em aberto. As tendências que se revelam hoje em dia, essas mostram de forma clara que tenderá a haver uma Europa uma pela cidadania, mas plural pelas identidades. As identidades são, aliás, sempre plurais. A ligação à Europa será mais uma questão de identificação do que de identidade. A identificação põe-se em termos civilizacionais, por oposição a outras civilizações.

Ernest Renan, ao falar de nação, salienta os aspectos subjectivos, como o "princípio espiritual" e a "consciência moral". Mareei Mauss e Max Weber ten-

¹⁸ Roger Sue, *Renouer le Lien Social*, p. 25.

¹⁹ Ronald Inglehart, *La Transition Culturelle*, Paris, Económica, 1993, pp. 511 e 512.

dem, ao contrário, a sublinhar a organização política que liga a nação ao Estado. Nesta perspectiva, a uma Europa unida pela cidadania social e política, deverá corresponder uma identidade europeia construída na base, não do nacionalismo, mas do patriotismo. Se a identidade europeia, na sua construção, se opõe ao nacionalismo, é perfeitamente compatível com o patriotismo. Poderá coexistir com identidades plurais, desde que não sejam marcadas por ideologias exclusivistas. O patriotismo inscreve-se no mesmo registo da identidade, o que não acontece com o nacionalismo. A Europa terá uma identidade efectiva quando abandonar os fortes nacionalismos, substituídos pelo mero patriotismo.

A construção da identidade europeia não passa, por isso, pela destruição das identidades existentes nos diversos países. Observa Émile Durkheim que "para que toda a contradição desapareça, para que todas as exigências da nossa consciência moral sejam satisfeitas, basta que o Estado tenha como principal objectivo, não o estender-se materialmente em detrimento dos seus vizinhos, não o ser mais forte do que eles, não o ser mais rico do que eles, mas o realizar no seu seio os interesses gerais da humanidade, isto é, o fazer reinar mais a justiça, mais a moralidade, o organizar-se de maneira que haja uma relação sempre mais exacta entre os méritos dos cidadãos e a sua condição e que os sofrimentos dos indivíduos sejam suavizados ou evitados". Desaparecerá, deste modo, "toda a antinomia entre cosmopolitismo e patriotismo". A pátria é "concebida como uma encarnação parcial da ideia de humanidade", confundindo-se a consciência nacional com a consciência humana. Cada pátria será uma maneira de conceber o ideal humano, e o ideal humano de cada sociedade será um modo de contribuir para o bem comum da humanidade. Os ideais incompletos de cada pátria realizar-se-ão, então, na completude do ideal da humanidade. A finalidade do Estado consistirá "em fazer dos seus cidadãos homens", porque "é nesse sentido que se faz a evolução". Numa perspectiva anti-nacionalista, valorizadora do patriotismo, entendido em termos científicos, artísticos e industriais, Émile Durkheim não deixa de visualizar uma "confederação de Estados europeus", sustentando que "esta confederação mais vasta seria, por seu lado, como um Estado particular, tendo a sua personalidade, os seus interesses, a sua fisionomia própria". Não coincidiria, por isso, com a humanidade, que se situaria a um outro nível de abstracção. Apesar desta visualização, não pensa que a "personalidade dos Estados particulares esteja destinada a desaparecer". Faz mesmo da "ideia de humanidade o fim e a razão de ser da pátria"²⁰. O concurso dos Estados torna-se indispensável à realização da humanidade.

²⁰ Émile Durkheim, *U'Éducation Morale*, Paris, P. U. R., 1974, pp. 65, 66, 68, 91 e 239; Émile Durkheim, *Leçons de Sociologie*, Paris, P. U. R., 1969, pp. 108 e 109.

Retomando o pensamento de Almada Negreiros, que parece estar em certa sintonia com o de Émile Durkheim, poderá dizer-se que, para que a Europa seja mais, é indispensável que cada país seja também ele mais. A União Europeia é concebida por este autor como coexistência de nacionalidades realizadas, em plenitude, na sua própria humanidade. Recusando qualquer forma de massificação, Almada Negreiros, nos inícios da década de 1930, afirma que "cada português terá de ser mais português do que nunca em face do espanhol mais espanhol do que nunca e sobretudo portugueses e espanhóis teremos de ser mais portugueses e espanhóis do que nunca, em face do alemão mais alemão do que nunca, do francês mais francês do que nunca, do italiano mais italiano do que nunca, do russo mais russo do que nunca, enfim, de todo e qualquer povo mais nacional hoje do que ontem, mais ele mesmo hoje do que nunca"²¹. Alheio à onda dos nacionalismos que então assolavam o mundo ocidental, entende que a Europa seria verdadeiramente ela mesma quando cada homem e cada povo explorassem os seus próprios recursos até ao limite das suas potencialidades. Contrário ao fechamento dos nacionalismos e aos seus efeitos perversos, está aberto a universalismo da arte.

E se não pode prescindir das identidades nacionais, a construção da identidade europeia passa menos ainda pelo apagamento das identidades regionais. As identidades tendem a ser formadas a partir do espaço local e regional. A construção da identidade europeia, traduzindo um nível mais complexo e abstracto, terá na sua base diversas identidades coexistentes de forma coerente e permanente, que se encaixam umas nas outras. Tal identidade só pode desenvolver-se com o avivamento do patriotismo e a superação dos nacionalismos exacerbados. Uma Europa apoiada na dialógica cultural dilui os nacionalismos sem destruir o patriotismo. Aproveita as sinergias nacionais, não deixando cair as populações no providencialismo ingénuo de quem tudo espera de fora.

O desaparecimento de alguns elementos simbólicos das actuais identidades, como a moeda e eventualmente depois a bandeira, é capaz de desencadear crises de identidade difíceis de conter e de controlar, na medida em que, segundo Paul Kennedy, se pensa que o Estado-nação "permanece o lugar geométrico da identidade da maioria dos povos". Para Pierre Rosanvallon, o problema consiste em saber qual "o imperativo democrático na idade de uma sociedade civil plenamente emancipada". Se há uma cidadania social ao lado de uma cidadania política, "a pluralização de *tempos* e de *formas* de democracia deve prolongar-se

²¹ Almada Negreiros, *Ensaio*, in *Obras Completas*, Vol. V, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992, pp. 71 e 72.

numa reconsideração dos *campos* da política"²². A democracia pode configurar-se sob diversas formas e constituir-se sociologicamente de modo diferente. Não se trata, na sua configuração, unicamente da soberania própria das relações internacionais, em causa está também a soberania enquanto poder do povo. Para que se conciliem a cidadania política e a cidadania social, a autonomia dos indivíduos e a autonomia dos povos devem coexistir em todos os tempos e espaços.

De acordo com a análise que vem sendo desenvolvida, a construção da União Europeia e a formação de uma identidade que lhe corresponda pressupõem uma nova concepção de nação e de Estado nacional, de forma que, através deles, se produza mais Europa. A formação de uma identidade europeia passa pela reformulação das identidades particulares, nacionais e regionais. Em tal reformulação, se resolve a oposição entre as dimensões objectiva e subjectiva da identidade e se conciliam o projecto universalista da cidadania e os aspectos particulares e concretos das identidades. Atender-se-á, deste modo, à vontade dos indivíduos de viverem juntos, no respeito por um certo número de direitos, de valores e de normas compartilhados, e à exigência de reconhecimento da sua identidade. As culturas particulares precisam de ser tidas em consideração. Assim como os indivíduos, também elas lutam pelo seu reconhecimento. Na sua diversidade, reside uma das grandes riquezas da Europa.

A economia mundial encontra-se polarizada à volta de vários sub-campos, com tendência para uma crescente unificação. Accionado pela utopia neo-liberal, este processo, ao mesmo tempo que serve os que detêm a dominação acima e com o apoio dos Estados, deixa os cidadãos sem defesas. Trata-se de um processo de integração na subordinação de tudo o que é dominado. Se a mundialização parece orientar-se, na verdade, no sentido do interesse geral, o predomínio da ideologia neo-liberal torna esse objectivo extremamente difícil. A actual política mundial tece-se, por sua vez, com o entrelaçar de algumas coordenadas principais, a persistência do Estado-nação interessado em não perder o seu antigo vigor, o etnocentrismo centrado à volta das identidades, a entrada em acção de actores sociais transnacionais não estatais, e a emergência de forças políticas mundiais capazes de controlar as forças económicas, subordinando-as a fins políticos universais. A Europa confronta-se com estes desafios no interior do seu próprio espaço. Não poderá deixar de ser assim o ponto de encontro das dialógicas culturais que a compõem.

²² Paul Kennedy, *Desafios para o Século XXI*, 1.º Volume, Lisboa, Publicações Europa-América, 1993, p. 159; Pierre Rosanvallon, *La Démocratie Inachevée*, Paris, Gallimard, 2000, pp. 403, 404 e 414.